

O pensamento feminista negro e as opressões interseccionais: marcas da violência na memória de mulheres negras em ascensão social

Black feminist thought and intersectional oppressions: marks of violence in the memory of black women on the rise

Marília do Amparo Alves Gomes
Tania Rocha de Andrade Cunha
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Vitória da Conquista-Brasil

Resumo

Este artigo apresenta um recorte analítico da tese de doutorado da autora, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. A pesquisa tem como objetivo compreender como mulheres negras em processo de mobilidade social constroem sentidos para as violências vividas ao longo de suas trajetórias, mesmo após conquistas educacionais e profissionais. A investigação se ancora nas epistemologias feministas negras, mobilizando a *escrevivência* — conceito proposto por Conceição Evaristo — como método, linguagem e forma de escuta insurgente. Foram analisadas narrativas de seis mulheres negras que, a partir de suas próprias histórias, denunciam os atravessamentos interseccionais de raça, gênero e classe que marcam a experiência da ascensão social. A metodologia adotada é qualitativa, com base em entrevistas abertas e escuta implicada. Os resultados indicam que a mobilidade social não elimina as violências simbólicas e estruturais, mas demanda estratégias permanentes de resistência, reinvenção e afirmação subjetiva. A pesquisa reafirma a urgência de descolonizar a produção do conhecimento e reconhecer as vozes negras como centrais na elaboração de epistemologias situadas.

Palavras-chave: Feminismo negro; Interseccionalidade; *Escrevivência*.

Abstract

This article presents an analytical excerpt from the author's doctoral dissertation, developed within the Graduate Program in Education at the State University of Southwest Bahia (UESB). The research aims to understand how Black women undergoing social mobility construct meanings around the violence experienced throughout their trajectories, even after achieving educational and professional advancements. Grounded in Black feminist epistemologies, the study adopts *escrevivência*—a concept proposed by Conceição Evaristo—as a method, language, and form of insurgent listening. Narratives from six Black women were analyzed, revealing how their life stories denounce the intersectional oppressions of race, gender, and class embedded in their paths. A qualitative methodology was used, based on open interviews and implicated listening. The findings show that social mobility does not neutralize structural and symbolic violence; rather, it demands constant strategies of resistance, reinvention, and subjective affirmation. The research reinforces the urgency of decolonizing knowledge production and recognizing Black voices as central to the development of situated epistemologies.

Keywords: Black feminism; Intersectionality; *Escrevivência* (Writing-living).

Introdução

Este artigo é derivado de uma tese de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, inserida na linha de pesquisa “Culturas, Linguagens e Processos Educativos”. O estudo tem como objetivo central compreender como a memória de violência vivida por mulheres negras em processo de ascensão social é atravessada por opressões interseccionais de raça, gênero e classe, à luz do pensamento feminista negro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de base narrativa, orientada pela epistemologia da escrevivência. A questão de pesquisa que norteia esta investigação é: *de que modo mulheres negras em mobilidade social constroem sentidos para experiências de violência, em contextos ainda marcados pelo racismo estrutural e o sexismo institucional?*

A escolha por esse objeto emerge da constatação de que, mesmo diante de avanços em políticas públicas e de inserção educacional e profissional, mulheres negras continuam sendo alvo de formas sofisticadas e persistentes de exclusão, que não desaparecem com a conquista de espaços, mas se reconfiguram. Essa realidade exige uma análise que vá além dos discursos meritocráticos e que considere a complexidade das tramas sociais que atravessam raça, gênero e classe.

A interseccionalidade, conceito elaborado por Kimberlé Crenshaw (1989, 1991), é aqui mobilizada não apenas como lente analítica, mas como eixo ético e político da pesquisa. Ao compreender que sistemas de opressão não operam isoladamente, mas de maneira entrelaçada, a interseccionalidade permite visibilizar experiências que, em abordagens mais convencionais, seriam relegadas à invisibilidade. Essa perspectiva é fortalecida pelas contribuições de autoras como Patricia Hill Collins (2009, 2019), que articula o conceito de matriz de dominação e imagens de controle, e de Angela Davis (2016), que denuncia as articulações entre capitalismo, racismo e sexismo. No Brasil, pensadoras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e, mais recentemente, Carla Akotirene e Winnie Bueno, têm ampliado essa discussão a partir de epistemologias situadas na experiência das mulheres negras latino-americanas.

É nesse horizonte que se insere o presente estudo, cujo objetivo central é compreender como a memória de violência é elaborada por mulheres negras que, em suas trajetórias de ascensão social, seguem enfrentando o racismo estrutural e o sexismo

institucionalizado. A pesquisa busca identificar quais são as formas que essas violências assumem na contemporaneidade, como elas são narradas pelas sujeitas e quais estratégias são acionadas para resistir e (re)significar essas vivências.

Do ponto de vista metodológico, esta é uma pesquisa qualitativa, baseada em entrevistas narrativas em profundidade. A escuta das participantes se organiza em torno do conceito de *escrevivência*, proposto por Conceição Evaristo (2020), como método e epistemologia. *Escrevivência*, aqui, é entendida como um gesto que articula escrita e existência, memória e política, palavra e corpo. É através dessa prática narrativa que as mulheres negras entrevistadas — e a própria pesquisadora — constroem sentidos, elaboram o trauma, desafiam o silenciamento e reinscrevem seus corpos na história. Como afirma Evaristo, não se trata apenas de contar a vida, mas de transformar a escrita em instrumento de denúncia e resistência.

A opção pela *escrevivência* como método não é apenas uma escolha técnica, mas política e epistêmica. Ela parte do entendimento de que a produção do conhecimento, sobretudo nas ciências humanas, não se dá a partir de uma pretensa neutralidade, mas sempre desde um lugar — e este trabalho se posiciona no cruzamento entre vivência, teoria e militância. A pesquisadora assume-se como parte da coletividade que investiga, sendo também afetada pelas narrativas, reconhecendo-se nelas, confrontando-se com elas. Esse lugar de fala tensiona os modos tradicionais de produção científica e propõe um deslocamento: da observação para a escuta, da descrição para a implicação, da objetividade para a insurgência epistêmica.

A escolha por investigar a relação entre mobilidade social e memória de violência racial e de gênero parte da constatação de que, no Brasil, as conquistas materiais e simbólicas das mulheres negras não são suficientes para desmontar os dispositivos de exclusão que as mantêm em posições subalternizadas. Como mostram Kilomba (2019) e Hartman (2020), mesmo quando ocupam cargos de prestígio, essas mulheres seguem sendo desautorizadas, invisibilizadas ou hipersexualizadas. Seus saberes são postos sob suspeita, seus corpos lidos como excessivos, suas vozes silenciadas. É sobre essas formas de violência, muitas vezes naturalizadas ou disfarçadas sob a aparência da cordialidade, que este estudo se debruça.

Este artigo, em particular, apresenta duas categorias analíticas construídas a partir das entrevistas: (1) *escrevivências* sobre ciclos familiares e trabalho doméstico, e (2)

escrevivências sobre episódios de racismo cotidiano. Essas categorias revelam como as marcas da exclusão são herdadas, atualizadas e enfrentadas em trajetórias de transformação social. Os objetivos principais são: (i) compreender os sentidos atribuídos às experiências de violência; (ii) analisar os atravessamentos de raça, classe e gênero nas narrativas; e (iii) explorar a escrevivência como metodologia insurgente. Ao analisar essas narrativas à luz da interseccionalidade e do feminismo negro, busca-se compreender não apenas o que essas mulheres viveram, mas como elas ressignificam essas vivências, produzindo saberes outros e desafiando as hierarquias de poder e conhecimento que historicamente as marginalizaram.

Este estudo se insere, assim, em uma tradição de pesquisa comprometida com a justiça social, com a valorização das epistemologias negras e com o enfrentamento ao epistemicídio. Mais do que investigar um “objeto”, a pesquisa busca construir alianças, amplificar vozes e disputar sentidos. Trata-se de uma escrita que se faz em resistência, a partir das margens, e que reivindica a centralidade das experiências negras na produção do conhecimento e na reconstrução da memória coletiva.

Tensões e convergências no pensamento feminista negro

A construção do referencial teórico desta pesquisa parte do reconhecimento de que o feminismo negro não constitui um corpo doutrinário homogêneo, mas um campo plural, dinâmico e tensionado, marcado por divergências estratégicas e convergências éticas. Ao mobilizar autoras como Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, Angela Davis, Sueli Carneiro e Conceição Evaristo, esta pesquisa busca construir uma base conceitual sólida que dê conta da complexidade das experiências de mulheres negras em processo de ascensão social — experiências atravessadas por múltiplas camadas de opressão que se entrelaçam, persistem e se reconfiguram.

No campo acadêmico, a escrevivência corre o risco de ser estetizada, apagando suas raízes políticas e insurgentes. Como alerta Evaristo (2003), escrever a partir da dor e da memória não é apenas narrar a si mesma, mas inscrever um coletivo. Nesta pesquisa, a escrevivência não é mero recurso literário — ela é um método que questiona os próprios protocolos do saber científico. Isso exige que a autora se posicione: não apenas como pesquisadora que coleta histórias, mas como corpo implicado, atravessado por afetos, heranças e violências. Quem escreve aqui não é uma voz neutra — é uma mulher negra em trânsito, que transforma a escuta em escrita e a narrativa em método.

A interseccionalidade, tal como formulada por Kimberlé Crenshaw (1989, 1991), é um conceito central neste trabalho. Inicialmente cunhada no campo jurídico, a interseccionalidade surge como crítica às abordagens que isolam as categorias de raça ou gênero, ignorando as sobreposições que constituem a experiência de mulheres negras. Crenshaw evidencia que essas mulheres não estão apenas na intersecção entre opressões, mas que são, muitas vezes, invisibilizadas por análises que tratam o "negro" como homem e a "mulher" como branca. Seu trabalho se apoia em casos concretos para demonstrar que o racismo e o sexismo não são somatórios, mas co-constitutivos: operam em conjunto, produzindo efeitos singulares.

Essa formulação se articula com a noção de matriz de dominação proposta por Patricia Hill Collins (2009, 2019), que amplia a discussão sobre interseccionalidade ao evidenciar que raça, gênero, classe e sexualidade constituem sistemas interligados de opressão que organizam a vida social. Para Collins, compreender as experiências de mulheres negras exige uma ruptura com a epistemologia dominante, fundada na neutralidade e no universalismo, e uma valorização dos saberes oriundos da experiência vivida. Além disso, Collins nos oferece o conceito de imagens de controle, que aponta como estereótipos racializados e de gênero são mobilizados para naturalizar desigualdades e justificar exclusões: a mulher negra hipersexualizada, a mãe guerreira, a doméstica submissa.

Angela Davis (2016), por sua vez, contribui com uma análise histórica e materialista das relações entre mulheres, raça e classe, revelando como o sistema capitalista se sustenta sobre a exploração interseccionalizada dos corpos negros femininos. Sua leitura insere a questão do trabalho reprodutivo, da maternidade forçada e do encarceramento em massa no centro da crítica feminista, desafiando abordagens liberais que desconsideram a estrutura econômica como eixo de opressão. A crítica de Davis à naturalização da violência racial e sexual pelo Estado moderno encontra eco nas narrativas das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, cujas trajetórias estão marcadas por heranças de exploração e resistência.

No contexto brasileiro, o pensamento de Sueli Carneiro (2005) oferece uma chave fundamental para pensar o apagamento sistemático dos saberes e existências negras por meio do conceito de epistemicídio. Para Carneiro, o projeto colonial não se limitou à expropriação de corpos e territórios: ele operou também sobre os modos de saber, de dizer e de existir. Essa violência epistêmica se perpetua nas instituições — inclusive na universidade

— e impede o reconhecimento da legitimidade de produções teóricas que partem da experiência e da oralidade. Esse ponto se torna ainda mais importante quando se considera a prática da escrevivência, mobilizada nesta pesquisa como método, ética e teoria.

Conceição Evaristo (2020), ao cunhar o termo escrevivência, propõe uma escrita enraizada na vida, na memória e na experiência negra feminina. Não se trata apenas de escrever sobre si, mas de escrever a partir de si, em relação com uma coletividade. A escrevivência é política, insurgente e partilhada. Ao evocar a oralidade das mulheres negras, os silêncios forçados e os gestos de resistência cotidiana, Evaristo afirma que “nossas escrevivências não podem ser lidas como histórias para ninar os da casa-grande, mas sim para incomodá-los em seu sono injusto” (2020, p. 12). Essa escrita desafia a divisão moderna entre sujeito e objeto da pesquisa, entre razão e afeto, entre análise e vivência. É uma escrita que se recusa a seguir os moldes eurocentrados da objetividade e que recoloca o corpo negro feminino como centro enunciador e não apenas como tema de estudo.

Para além de uma justaposição conceitual, esta pesquisa propõe um diálogo entre essas autoras, reconhecendo tanto suas convergências quanto suas diferenças. Enquanto Crenshaw se ancora em uma análise interseccional de base jurídica, Collins propõe uma reconstrução epistêmica a partir da experiência e da coletividade. Davis nos oferece uma crítica estrutural que insere o capitalismo como elemento chave na manutenção das desigualdades, enquanto Evaristo e Carneiro operam um deslocamento radical do campo epistêmico, convocando a escrita como gesto político de enunciação, denúncia e pertencimento.

Essa articulação teórica não busca diluir as singularidades de cada autora, mas evidenciar que é na multiplicidade de suas proposições que se desenha um campo fértil para a análise das escrevivências apresentadas neste artigo. A escolha por essas pensadoras se justifica não apenas por sua centralidade no campo dos feminismos negros, mas porque suas reflexões ressoam diretamente nas experiências narradas pelas interlocutoras da pesquisa. São autoras que oferecem ferramentas analíticas, mas também afetivas, para compreender os modos como as mulheres negras narram, resistem e reexistem em contextos de ascensão social ainda marcados pela violência estrutural.

Ao ancorar-se nesse referencial, esta pesquisa assume uma posição ética e política: a de produzir conhecimento a partir das margens, valorizando os saberes encarnados, a escuta

situada e a escrita comprometida. Esse é o horizonte que orienta a análise das narrativas que se seguem, nas quais a escrevivência não será apenas objeto de estudo, mas princípio estruturante da própria escrita da pesquisa,

Ainda que essas autoras compartilhem o compromisso ético com a valorização das experiências negras, é necessário reconhecer que seus referenciais partem de campos distintos e, por vezes, apresentam tensionamentos. Enquanto Crenshaw se ancora na linguagem jurídica da interseccionalidade, Collins propõe uma epistemologia centrada na experiência vivida e nos saberes cotidianos. Davis tensiona ambas ao inserir o capitalismo como engrenagem estruturante das opressões, enquanto Evaristo e Carneiro deslocam o debate para uma crítica radical ao epistemicídio e à linguagem eurocentrada da ciência. Não se trata, portanto, de apenas alinhar essas autoras, mas de reconhecer os conflitos produtivos entre elas, e como tais conflitos iluminam as ambiguidades e potências das escrevivências analisadas.

Embora este trabalho se apoie em autoras fundamentais para a crítica interseccional, é necessário reconhecer que seus conceitos não são isentos de tensões. A interseccionalidade, por exemplo, tem sido criticada por não dar conta de experiências coloniais específicas do Sul global, o que autoras como Akotirene e Kilomba buscam superar. A noção de escrevivência, por sua vez, desafia os paradigmas tradicionais da ciência, mas corre o risco de ser neutralizada se tratada apenas como estilo. Ao tensionar esses referenciais, esta pesquisa procura construir um campo teórico situado, que não apenas consome os conceitos, mas os recria à luz das narrativas negras brasileiras, suas experiências, afetos e insurgências.

Caminhos metodológicos: escrevivência, escuta implicada e ética da presença

O percurso metodológico desta pesquisa está indissociavelmente ligado à posição epistêmica e existencial da autora: mulher negra em processo de ascensão social, formada nas tramas entre a escuta, a memória e a experiência compartilhada com outras mulheres negras. Essa implicação não é um obstáculo à pesquisa, mas sua força propulsora. O que se apresenta aqui não é apenas um conjunto de procedimentos técnicos, mas um pacto metodológico orientado por uma ética da presença e da reciprocidade.

Este artigo constitui um recorte da tese de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. A

investigação se inscreve no campo qualitativo, compreendido aqui não apenas como estratégia de abordagem dos dados, mas como um posicionamento ontológico e político (Minayo, 2010; Silveira; Córdova, 2009). O objetivo não é representar um “objeto” externo, mas compreender a densidade simbólica, histórica e afetiva de experiências vividas por mulheres negras que atravessaram processos de mobilidade social sem, no entanto, se verem livres das marcas estruturais do racismo e do sexismo.

A pesquisa mobiliza, como ferramenta e como princípio epistêmico, a *escrevivência*, conceito forjado por Conceição Evaristo (2020), para dar nome à escrita que nasce da experiência negra feminina, encarnada e coletiva. Ao eleger a *escrevivência* como metodologia, a pesquisa desloca a noção tradicional de dado e de análise: aqui, a narrativa não é mero relato a ser interpretado pela pesquisadora, mas memória compartilhada, palavra situada, corpo discursivo que interpela e transforma. Como afirma Evaristo (2020, p. 11), “*escrevivência é gesto de desobediência epistêmica*”.

Adotar a *escrevivência* como método é, portanto, construir uma prática investigativa que reconhece o saber nas vozes silenciadas, nos gestos não ditos, nas tramas afetivas da memória. Isso exige uma escuta radicalmente comprometida, que recuse a posição distanciada do pesquisador “neutro” e aceite ser afetada, convocada e, por vezes, desestabilizada pelas narrativas que emergem. Trata-se de escutar com o corpo inteiro — como propõem Kilomba (2019) e Carneiro (2005) — reconhecendo que o que está em jogo não é apenas compreensão, mas transformação.

As interlocutoras que compõem o corpus desta pesquisa são seis mulheres negras adultas, com trajetórias que envolvem rupturas parciais com ciclos históricos de exclusão. Todas passaram por processos de escolarização formal, ingresso no ensino superior e inserção em espaços profissionais tradicionalmente vedados à presença negra feminina. No entanto, todas também relataram formas persistentes de violência simbólica, silenciamento e invalidação social. Essas mulheres não foram selecionadas aleatoriamente: o critério foi a afinidade situada — experiências que, de algum modo, reverberam e tensionam a trajetória da própria pesquisadora.

A construção das narrativas ocorreu por meio de encontros individuais, mediados por conversas abertas, etnográficas e afetivamente engajadas. A entrevista, nesse contexto, não foi tratada como um instrumento técnico, mas como um ritual de partilha, em que a escuta

era também espaço de cura, elaboração e insurgência. A gravação dos relatos foi autorizada pelas participantes, e cada uma delas pôde revisar suas falas posteriormente, reafirmando a coautoria da produção textual.

É preciso destacar que a escrita destas narrativas não responde a um modelo fixo de análise. Inspirada por Evaristo e Kilomba, esta escrita busca acompanhar o ritmo das vozes, respeitar os silêncios, escutar os não-ditos. Como afirma Saidiya Hartman (2020), em sua proposta de “fábula crítica”, trata-se de reconhecer que a narrativa não é um reflexo direto da realidade, mas uma tentativa — sempre parcial, sempre situada — de dar conta do que não pode ser dito com os códigos da linguagem dominante.

Por isso, os nomes das interlocutoras foram substituídos por nomes-símbolos — Anastácia, Dandara, Aqualtune, Luiza Mahin, Maria Felipa, Maria Firmina — numa tentativa de conectar suas falas à linhagem histórica de resistência negra feminina. Essa escolha, longe de apagar suas singularidades, busca reafirmar a continuidade de suas lutas com as de tantas outras mulheres negras que ousaram existir e narrar-se em contextos de negação.

As narrativas foram transcritas integralmente, lidas em camadas e organizadas em dois eixos temáticos principais: (1) escrevivências de ciclos familiares e trabalho doméstico, e (2) escrevivências sobre episódios de racismo cotidiano. A categorização emergiu das falas — não foi imposta a priori. Cada categoria foi construída a partir das ressonâncias entre as histórias narradas e os conceitos mobilizados no referencial teórico: interseccionalidade, matriz de dominação, epistemicídio, violência simbólica, subjetividade negra.

Essa construção analítica não busca encerrar os sentidos das narrativas em categorias fixas, mas permitir que elas iluminem aspectos das estruturas que pretendemos desmontar. Como lembra Marlene Silveira (2009), o plano simbólico das relações é muitas vezes mais decisivo do que os dados objetivos. É nesse plano — do trauma, do pertencimento, da ruptura — que se desenrola o principal movimento desta pesquisa.

Por fim, é preciso dizer que a metodologia adotada aqui não separa forma e conteúdo: a escrita é também método, e a maneira como as vozes das mulheres aparecem no texto reflete um compromisso com a descolonização da linguagem e das formas de narrar. Em vez de reservar as falas para uma seção isolada, o texto busca integrá-las organicamente ao argumento, permitindo que essas vozes desestabilizem a linearidade acadêmica e desafiem os pactos de silenciamento ainda operantes na produção do saber.

Neste trabalho, escutar é reconhecer. Narrar é resistir. Escrever é existir. A escrevivência, como proposta por Conceição Evaristo (2020), não é um conceito estático. Ao contrário, trata-se de uma prática insurgente que tensiona as fronteiras entre literatura, ciência e política. No entanto, seu uso na pesquisa acadêmica demanda cuidado: quem escreve? Para quem se escreve? Que lugar essa escrita ocupa na construção de si e do outro? Nesta pesquisa, essas questões foram tomadas como norteadoras, para evitar que a escrevivência se reduza a um estilo ou a um dispositivo poético. Aqui, ela é tratada como uma linguagem comprometida com o lugar de fala, com a historicidade das narradoras e com a construção coletiva do saber. A escrita que emerge é simultaneamente corpo, método e denúncia — e exige da pesquisadora um engajamento afetivo e político com cada palavra narrada.

Escrevivências de ciclos familiares e trabalho doméstico: heranças que atravessam o corpo e a palavra

As narrativas reunidas nesta pesquisa revelam a presença de um ciclo persistente de despossessão que atravessa o tempo e os corpos das mulheres negras, transmitido não por escolha, mas por coerção estrutural. O trabalho doméstico, nesse contexto, emerge como uma experiência comum e fundante — não apenas como ocupação profissional das mães e avós das interlocutoras, mas como estrutura formadora de subjetividade, de silenciamento e de resistência. Mais do que histórias pessoais, estas escrevivências expõem a persistência de um regime de exclusão intergeracional marcado por raça, gênero e classe.

Ao mobilizarem suas memórias, essas mulheres não apenas contam o que viveram: produzem um saber insurgente, articulado com a memória da dor, da fome, do esforço não reconhecido, da infância interrompida e da maternidade exaurida. Como lembra Conceição Evaristo (2020), a escrevivência é a palavra que emerge do corpo atravessado, e aqui, cada frase compartilhada traz marcas de um sistema que converteu o lar — suposto espaço de cuidado — em território de opressão racializada.

Neste trabalho, as narrativas não foram tratadas como dados empíricos a serem analisados à distância, mas como práticas discursivas que atravessam a própria escrita da pesquisa. A escrevivência, enquanto linguagem insurgente, reorganiza os lugares tradicionais de sujeito e objeto, e propõe uma escrita contaminada pela escuta, pela memória e pela implicação da pesquisadora. Por isso, ao longo do texto, os relatos não aparecem

isoladamente em seções fixas, mas entram em fricção com os argumentos analíticos, exigindo uma forma de leitura que reconhece as vozes negras como coautoras da investigação.

A narrativa de Anastácia inicia essa cartografia da desigualdade com a descrição da infância marcada pela escassez:

Minha mãe vinha andando quilômetros de distância e passava na churrascaria pra pegar o que sobrava de comida do restaurante, que ela ferventava em casa pra gente conseguir comer. Minha infância toda até minha adolescência foi nesse mesmo cenário (Anastácia, entrevista, 2023).

A imagem do alimento reaproveitado, dos quilômetros percorridos a pé, da marmita da sobra — tudo isso se inscreve no que Angela Davis (2016) chama de economia racializada da sobrevivência. A mãe de Anastácia, como muitas outras mulheres negras neste país, sustenta não apenas o sustento material da casa, mas o seu fio ético e afetivo, mesmo exaurida. A maternidade negra, nesse caso, não é romantizada: ela é expropriada, precarizada, sobrecarregada.

Essa estrutura reaparece em outras falas, reafirmando o trabalho doméstico como linhagem imposta, não apenas vivida pelas mães, mas reeditada pelas filhas. Dandara de Palmares, por exemplo, fala da experiência de deixar o lar ainda na adolescência para ingressar, também ela, no trabalho doméstico, como em: *“Fui pra Salvador muito nova. Fui trabalhar de doméstica, na casa dos outros, cozinhava, limpava, fazia tudo. Mas eu aguentei só três anos. [...] Eu chorava muito. Saí de lá com 16 anos. Eu entrei com 13”* (Dandara de Palmares, entrevista, 2023).

Aqui, o que se rompe não é apenas o vínculo familiar: é a própria infância. O tempo da descoberta, do brincar, do pertencer é sequestrado por uma lógica social que antecipa a adultez para corpos negros femininos. Essa experiência revela o que Patricia Hill Collins (2019) conceitua como *regimes de trabalho racializados*, onde o corpo da mulher negra é convertido em mão de obra precoce e invisível. A narrativa de Dandara explicita uma dor que é estruturante, e não ocasional — uma dor que se expressa pelo choro solitário, pela solidão da servidão e pela ausência de proteção.

Não se trata de casos excepcionais. O que estas escrituras expõem é o caráter normativo da violência estrutural: o costume nacional de relegar a mulher negra ao lugar do serviço, da renúncia e da contenção. Como lembra Sueli Carneiro (2005), essa lógica tem base

O pensamento feminista negro e as opressões interseccionais: marcas da violência na memória de mulheres negras em ascensão social

colonial: o outro é construído como não-ser para garantir o ser de quem o explora. E quando essa lógica se repete por gerações, o que se perpetua é o epistemicídio, a desautorização das formas negras de saber, de ser, de criar.

Tereza de Benguela nos apresenta outro ângulo dessa transmissão: o da escolarização desigual e territorialmente excludente: *“Morei na roça até os 12. Meus pais eram negros retintos, analfabetos. Meu pai era vaqueiro, minha mãe doméstica. Eu só consegui estudar até o sétimo ano indo a cavalo até a cidade”* (Tereza de Benguela, entrevista, 2023).

O deslocamento físico — o corpo infantil sobre o cavalo, sob o sol — é também símbolo de um deslocamento simbólico: a luta pelo direito à palavra, ao saber, ao nome. O que separa Tereza da escola não é apenas a distância geográfica, mas o abismo estrutural entre o que se reconhece como sujeito de saber e o que se tenta manter na borda. A imagem da menina negra cavalcando sozinha entre a roça e a cidade resume a violência do acesso e a solidão do mérito.

Em meio a essas narrativas, Aqualtune resgata a figura da mãe como mulher que, mesmo exaurida pelo trabalho doméstico, ainda ousava sonhar e ensinar: *“Minha mãe era doméstica, estudava à noite, fazia magistério. [...] Eu via minha mãe chegando morta de cansada e, mesmo assim, pegando o caderno pra estudar”* (Aqualtune, entrevista, 2023).

Esse caderno noturno da mãe é mais do que instrumento de formação: é gesto de insubmissão. Como afirma Evaristo (2020), a escrevivência é também herança, e aqui se apresenta como gesto que a filha observa e inscreve em si. A mãe que ensina, mesmo na exaustão, planta em Aqualtune o desejo de dizer o mundo com sua própria voz. A resistência, neste caso, é transmitida junto com a fadiga.

Essa travessia do trabalho doméstico para a formação acadêmica, no entanto, não rompe com a lógica da exclusão. Como aponta Ana Paula Nogueira (2017), a ascensão de mulheres brancas de classe média só foi possível porque repousou sobre os ombros de mulheres negras encarregadas de manter suas casas e criar seus filhos. As interlocutoras desta pesquisa, ao entrarem na universidade, enfrentam não apenas a dificuldade do conteúdo ou das avaliações: enfrentam o peso simbólico de estarem onde “não deveriam”, o sentimento de não pertencimento, a desconfiança, o racismo velado.

Por isso, ao escreverem suas histórias, essas mulheres não apenas registram memória — elas a reconfiguram. Elas rompem com o pacto do silêncio que cercou suas mães e avós.

Elas rasuram o lugar de subalternidade e reinscrevem seus corpos na história como sujeitos. Como nos alerta Grada Kilomba (2019), escrever é descolonizar-se da linguagem do opressor. E neste texto, essa descolonização se faz linha por linha, fala por fala, dor por dor.

A presença do trabalho doméstico nas escrevivências não deve ser lida como símbolo de esforço ou superação individual. A leitura moralizante da pobreza ou da luta é uma armadilha do discurso meritocrático. O que se denuncia aqui é uma estrutura que naturaliza a exploração como destino. Ao mesmo tempo, o que se afirma é que há saber acumulado nos corpos dessas mulheres — saber de mundo, de gente, de ausência, de sustento. Saber que se converte em epistemologia.

Essa seção, portanto, não apenas expõe a herança do trabalho doméstico. Ela denuncia sua persistência como estratégia de racialização e desumanização e reconhece nas narrativas das mulheres negras a produção de um conhecimento outro — um saber que não cabe nas estatísticas nem nas teorias frias, mas que arde, pulsa, escreve e resiste.

Escrevivências de episódios de racismo cotidiano: entre a ascensão e o deslocamento

Se as escrevivências do trabalho doméstico revelam a persistência da herança colonial no campo das ocupações e das condições de vida, as narrativas sobre o racismo cotidiano escancaram a violência simbólica e epistêmica que se atualiza nos espaços conquistados pelas mulheres negras. Universidades, ambientes profissionais, instituições públicas e privadas — todos esses lugares, mesmo quando atravessados por discursos de diversidade e inclusão, seguem operando como espaços de contenção e vigilância quando ocupados por sujeitos historicamente subalternizados.

Ao acessar esses lugares, as mulheres negras não cessam de ser alvo de desconfiança, silenciamento, exotização ou apagamento. Pelo contrário: a conquista do espaço revela novas formas de violência, mais sutis, mais polidas, mas igualmente estruturantes. Como observa Grada Kilomba (2019), o racismo cotidiano opera por meio de gestos interrompidos, palavras não ditas, piadas veladas, olhares de estranhamento — e é justamente nessa sutileza que reside sua potência disciplinadora.

As falas reunidas nesta seção trazem à tona essas expressões do racismo institucional e cotidiano não como episódios isolados, mas como recorrências sistêmicas que desafiam, tensionam e adoecem os sujeitos negros. Ao narrarem essas experiências, as interlocutoras não buscam simplesmente denunciar, mas ressignificar suas presenças, disputar os sentidos

O pensamento feminista negro e as opressões interseccionais: marcas da violência na memória de mulheres negras em ascensão social

atribuídos aos seus corpos e saberes e recusar o pacto de silêncio que torna o racismo invisível para quem não o sofre.

Tereza de Benguela inicia esta partilha com uma recordação que lhe atravessa desde a infância: *“Sofria muito por conta do cabelo. Quando eu pude, eu alisei. [...] Lembro do povo cantando aquela música de Luiz Caldas, ‘Nega do cabelo duro’. Era um sofrimento muito grande. Eu tentava sorrir, mas era pra estar inserida num grupo”* (Tereza de Benguela, entrevista, 2023).

A dor de Tereza é comum a muitas meninas negras: a vergonha imposta ao cabelo crespo como marcador de diferença, inadequação, sujeira. Trata-se do que Kilomba (2019) identifica como processo de deslocamento subjetivo: o sujeito racializado precisa se deformar para pertencer, precisa ocultar sua marca para ser aceito. O alisamento não é escolha estética — é pacto de sobrevivência. O sorriso forçado não é gesto de alegria — é estratégia de autoproteção. É neste ponto que o racismo se confunde com a formação do eu, esculpindo subjetividades com a lâmina da rejeição.

Essa operação continua mesmo na vida adulta, mesmo em espaços considerados de “prestígio” ou “acolhimento”. Anastácia, hoje uma mulher negra consciente de sua identidade e atuando profissionalmente, relata uma cena em que o racismo se impôs de modo brutal, mesmo dentro de um ambiente que julgava seguro: *“Mesmo neste espaço que eu achava que era de valorização da minha pele, sofri racismo. Já teve cliente que sentiu o cheiro do perfume e falou: ‘esse tem fedor de nego’. Eu escutei isso e me recusei a atender.”* (Anastácia, entrevista, 2023).

A fala da cliente não atinge apenas o perfume: atinge o corpo, o ser, o cheiro ancestral. A recusa de Anastácia em continuar o atendimento é um ato de insubmissão epistêmica. Ela se recusa a performar docilidade. Ela devolve o insulto com gesto de dignidade, mesmo quando isso poderia implicar prejuízo financeiro. Como nos ensina Conceição Evaristo (2020), há política em cada recusa de silenciamento.

Em contextos institucionais, onde se espera que o conhecimento técnico e o diploma garantam legitimidade, o racismo assume formas ainda mais perversas. Maria Firmina dos Reis, assistente social autônoma, revela como sua expertise é sistematicamente desconsiderada em favor de colegas brancas — mesmo menos qualificadas: *“Já aconteceu de profissionais visitarem meu perfil nas redes sociais e depois procurarem uma colega branca para*

tirar dúvidas sobre o trabalho autônomo, mesmo não sendo a expertise dela.” (Maria Firmina dos Reis, entrevista, 2023).

A desautorização da competência da mulher negra é parte do que Collins (2019) denomina de *imagens de controle* — representações estereotipadas que tornam invisível a autoridade intelectual das mulheres negras e as mantêm fora dos espaços de decisão. A dúvida sistemática lançada sobre sua qualificação não é um descuido: é mecanismo ativo de exclusão simbólica.

Esse mecanismo se evidencia também na fala de Maria Felipa, professora universitária, que descreve o processo de silenciamento que enfrentou dentro da própria instituição onde trabalha: *“Em uma assembleia, encaminhei uma proposta para contornar uma situação dos docentes. Quando foi lida, atribuíram a autoria a um colega homem. [...] Hoje, me calo bastante nas reuniões. Meu espaço é na sala de aula.”* (Maria Felipa, entrevista, 2023).

O apagamento da autoria de Maria Felipa é mais do que um erro: é uma violência epistêmica. É o epistemicídio em ato, como aponta Sueli Carneiro (2005). A fala que se impõe é a do homem branco. A proposta da mulher negra só é considerada quando portata por outro corpo. O resultado desse processo não é apenas a invalidação — é o recuo. O silêncio imposto torna-se silêncio assumido. E é esse silêncio que adoece, que isola, que mina o desejo de permanecer.

A escrevivência de Dandara, médica, revela outra faceta do racismo institucional: a dificuldade que pacientes e colegas têm em reconhecê-la como autoridade médica. *“Tem pessoas que, mesmo eu estando de jaleco, não conseguem me chamar de Doutora. [...] Algumas eu faço questão de corrigir: ‘Doutora!’”* (Dandara, entrevista, 2023).

Essa insistência em negar o título — mesmo quando todos os marcadores estão ali: o jaleco, o ambiente, a formação — é uma tentativa de rebaixamento simbólico. Dandara precisa reafirmar sua posição o tempo inteiro. Como ensina Crenshaw (1991), as mulheres negras ocupam um ponto cego nas estruturas de reconhecimento social: nem o gênero garante respeito, nem a raça permite neutralidade.

Por fim, as escrevivências de Aqualtune e Luiza Mahin expõem a hipersexualização como uma das expressões mais perversas do racismo cotidiano. Elas relatam como seus corpos são objetificados mesmo em ambientes profissionais: *“Sempre busquei usar roupas*

maiores, cobrir o quadril. As pessoas não faziam referência às propostas que eu apresentava, mas sim ao corpo.” (Aqualtune, entrevista, 2023).

Essa objetificação ecoa o que Hartman (2020) descreve como herança do estupro colonial: o corpo negro feminino visto como território disponível, acessível, desprotegido. Aqualtune, ao esconder o corpo, tenta recuperar a autonomia sobre ele. Mas a necessidade desse gesto denuncia a persistência da violência que a estrutura exige que ela antecipe, previna, neutralize.

Essas narrativas não compõem um inventário de violências individuais. Elas denunciam um modo de funcionamento da sociedade que, mesmo diante da presença negra qualificada, segue agindo para empurrá-la para fora, para desautorizá-la, para exotizá-la. Ao partilharem suas dores, essas mulheres produzem um saber coletivo, que recusa a lógica da exceção e exige uma escuta política.

A escrevivência aqui não é apenas método: é revolta. É ferramenta de denúncia, mas também de restituição simbólica. Essas mulheres, ao narrarem o que viveram, se inscrevem num campo de disputa de memória e poder. Elas se recusam a aceitar que o lugar conquistado seja um lugar emprestado. Como diz Kilomba (2019), “não é o negro que está fora do lugar — é o lugar que foi construído para excluí-lo”.

Estas escrevivências constroem, em conjunto, uma cartografia das exclusões sofisticadas que o racismo projeta mesmo sobre os corpos que ascendem. Elas nos ensinam que ocupar o espaço não basta — é preciso transformar as estruturas que o sustentam.

Considerações finais: entre o que nos atravessa e o que fazemos atravessar

As escrevivências aqui reunidas não constituem um simples repositório de experiências, tampouco se apresentam como relatos exemplares de superação. Ao contrário: elas tecem uma trama viva e coletiva de memórias, silenciamentos, insurgências e deslocamentos que revelam a complexidade da experiência de ser mulher negra em um país forjado na colonialidade e sustentado pela negação da humanidade negra.

Esta pesquisa, ancorada na metodologia da escrevivência, na escuta implicada e na ética da presença, escolheu deliberadamente recusar o distanciamento analítico e a objetivação do outro como “objeto de estudo”. Ao invés disso, assumiu-se como território de travessia, de afetação e de compromisso político com a produção de saberes enraizados nas

experiências vividas e narradas por mulheres negras que atravessaram o trabalho doméstico, o racismo cotidiano e a difícil conquista da permanência nos espaços de poder simbólico.

As escrevivências de ciclos familiares e do trabalho doméstico, analisadas na Seção 4, mostraram que a presença negra feminina nesses espaços não é fruto de um deslocamento pleno da exclusão, mas da convivência tensa com ela. O trabalho doméstico, longe de ser apenas uma ocupação precária, emerge como dispositivo histórico de racialização e de produção de subjetividades marcadas pela servidão, pela abnegação e pela exaustão. Contudo, mesmo nesse território de opressão, as narrativas revelaram a presença de gestos de insurgência cotidiana: mães que estudavam de madrugada, filhas que cavalgavam quilômetros para alcançar a escola, mulheres que transformavam o silêncio em palavra.

As escrevivências sobre o racismo cotidiano, por sua vez, expuseram a violência simbólica sofisticada que persiste mesmo nos espaços formalmente abertos à presença negra. O que essas mulheres enfrentam não é apenas o desafio da ascensão social, mas o peso da desconfiança estrutural, a recusa em reconhecê-las como autoridades do saber, a hipersexualização de seus corpos, o apagamento de suas vozes. Tais experiências não são marginais: elas são centrais para compreender como o racismo opera na contemporaneidade.

Ao eleger como referencial as contribuições de Patricia Hill Collins, Kimberlé Crenshaw, Angela Davis, Sueli Carneiro, Grada Kilomba e Conceição Evaristo, este trabalho buscou articular um campo teórico atravessado pela interseccionalidade, pela crítica à branquitude institucionalizada e pelo reconhecimento das epistemologias negras como práticas de resistência. Contudo, reconhece-se que a simples mobilização dessas autoras não basta: é necessário promover um diálogo profundo entre elas, problematizar suas diferenças e tensionar os usos possíveis de seus conceitos, como esforço contínuo de construção de um pensamento situado e comprometido.

Nesse sentido, este trabalho assume também as suas limitações: as vozes aqui escutadas são parciais, não porque falem — mas porque nenhuma escrita dá conta da totalidade da dor ou da potência da experiência negra. A escuta foi sempre acompanhada de silêncios, hesitações, pausas que também significam. Reconhecer isso é parte da ética que sustenta esta pesquisa.

A inserção da pesquisadora como sujeito implicado nas tramas analisadas não foi apenas um traço metodológico: foi uma postura epistemológica. Reconhecer-se afetada,

O pensamento feminista negro e as opressões interseccionais: marcas da violência na memória de mulheres negras em ascensão social

marcada, interpelada pelas histórias que se escuta é romper com o pacto moderno de neutralidade. Escrever a partir de si — mas sem encerrar-se em si — é gesto político, como ensina Evaristo (2020): *escrevivência é escrita que nos atravessa e atravessa o mundo com a força de quem sobreviveu à tentativa de apagamento.*

Por fim, as vozes reunidas aqui deixam um convite à pesquisa, à educação e à política: é urgente criar espaços em que a presença negra feminina não seja apenas tolerada, mas reconhecida como fundadora de saberes, de teorias, de caminhos éticos. Que possamos continuar a construir práticas pedagógicas, políticas públicas e produções acadêmicas que não apenas falem sobre as mulheres negras — mas que as escutem, que as incorporem como autoras de suas próprias narrativas.

O que se escreveu aqui não se encerra nesta escrita. Esta pesquisa seguirá atravessando a pesquisadora em sua prática docente, em suas produções futuras e, sobretudo, em sua presença no mundo. Porque cada palavra aqui registrada é também testemunho de uma genealogia que insiste em falar — e que nunca deixou de escrever, mesmo quando não havia papel, nem sala, nem palco.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 111–123, 2003.

CARVALHO, Thayane de. “Limpeza e Louvor”: gênero, raça e classe no trabalho doméstico e nas igrejas evangélicas pentecostais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 1, p. 1–17, 2023.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 31–39, 1985.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Dana Porto. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought**: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. 2. ed. New York: Routledge, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Cartografias marginais: interseccionalidade, identidade política e violência contra mulheres negras. **Lua Nova**, São Paulo, v. 98, p. 103–133, 2016. [Original de 1991].

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência**: a escrita de nós. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

EVARISTO, Conceição. A mulher negra: construindo novas tramas para velhos enredos. In: Ribeiro, Djamila (org.). **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017. p. 65–79.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização de Roberto Machado. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HARTMAN, Saidiya. **Lose Your Mother**: A Journey Along the Atlantic Slave Route. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2020.

HILÁRIO, Simone. Mulheres negras e a luta por cidadania. In: Gonçalves, Isabel Cristina; Silva, Rebeca Oliveira (orgs.). **Feminismo negro**: pontos de resistência e luta. Curitiba: Appris, 2019. p. 47–60.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61–73, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. São Paulo: Cobogó, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOREIRA, Valéria. O “quartinho” ainda existe: marcas da exclusão nos espaços domésticos. **Revista de Estudos Afro-Brasileiros**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 45–61, 2023.

NEPOMUCENO, Ana Flávia Magalhães. **Escritas de si, escrituras de nós**: Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento na imprensa negra (1970–1994). 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

NOGUEIRA, Ana Paula da Silva. O trabalho doméstico e o feminismo branco: intersecções e divergências. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 49, p. e194915, 2017.

RODRIGUES, Helena Theodoro. Lélia Gonzalez: por um feminismo afro-latino-americano. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 31–56. [Texto original de 2006].

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 1969.

O pensamento feminista negro e as opressões interseccionais: marcas da violência na memória de mulheres negras em ascensão social

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Poder e violência: contribuição à teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 92–102, 1992.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SILVEIRA, Marlene; CÓRDOVA, Ana Carolina. O plano simbólico das relações: gênero e subjetividade na formação de professores. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 33, n. 20, p. 91–108, 2009.

Sobre as autoras

Marília do Amparo Alves Gomes

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UESB). Assistente Social da UESB, Pedagoga, Doutoranda em Memória, Linguagem e Sociedade (UESB); Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Especialista em Assistência Social e Saúde. Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica Institucional e Educação Especial, Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas para a Educação Superior (GEPES) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. -possui experiência como Assistente Social na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB. É docente em instituições privadas de Pós-graduação nos municípios de Jequié e Vitória da Conquista. Possui experiência como assistente social na Política de Assistência Social no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) no trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade social. Ministra Palestras e formações com temas Questão Racial, Educação e Inclusão.

E-mail: mariliaamparo@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-2321-3813>

Tânia Rocha de Andrade Cunha

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Possui graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1980), Mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999) e Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Atualmente é Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Linguagem e Sociedade, PPGMLS da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente com os seguintes temas: violência, mulher, gênero, relações afetivas e conjugalidade.

E-mail: tania.rochandrade@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-6120-1346>

Recebido em: 06/07/2025

Aceito para publicação em: 08/07/2025